

# Renegociar a dívida está cada vez mais complicado

Fernão Bracher enfrenta dois problemas: ameaça de boicote de bancos europeus (veja à esquerda) e a resistência dos pequenos bancos americanos em fazer novo acordo com o País

O Brasil continuará hoje, pelo segundo dia consecutivo, a negociar com o comitê de 14 bancos internacionais, liderado pelo Citibank, os termos e prazos para o serviço de parte de sua dívida externa de médio e longo prazo e para a manutenção de linhas de curto prazo que sustentam seu comércio internacional e a atividade dos bancos brasileiros no Exterior.

A sessão de ontem terminou após o fechamento deste jornal, mas o Citibank informou que não lançaria nenhum comunicado, até hoje, pelo menos.

No curto espaço de alguns minutos, ontem de manhã, o presidente do Banco Central do Brasil, Fernão Bracher, que chefiava a delegação brasileira de oito membros, mencionou duas propostas ligeiramente diferentes que o Brasil poderia apresentar aos bancos.

A primeira dizia que o Brasil tentaria reescalonar os vencimentos correntes (amortizações) de 1985 e 1986, sendo que, no caso de 1985, se trata de formalizar o fato consumado.

A segunda proposta inclui o reescalonamento de 1987. Uma fonte bancária disse que a segunda proposta foi mencionada já na reunião preliminar de sexta-feira com o comitê de assessoramento, para surpresa de alguns bancos e desagrado de outros. Algumas instituições, disse, não queriam reescalonar se não 1985 sem "o aval" do FMI para o programa econômico brasileiro.

O Brasil desejaria ainda prazo de 16 anos para amortizar o principal desse período, o que transformaria a segunda proposta numa espécie de miniplurianual.

As linhas de curto prazo — créditos comerciais e depósitos interbancários — o Brasil quer renovar por um ano, segundo fontes do mercado.

De qualquer maneira, Fernão Bracher disse que o Brasil deseja uma redução dos spreads para os vencimentos correntes.

Segundo um grande banco, os spreads para as linhas de curto prazo têm sido reduzidos pelos bancos internacionais para seus melhores clientes no Brasil. Alguns que costumavam pagar 1,25% estão pagando agora 0,75%, afirmou. Bracher disse que, seja lá como for, nenhum novo contrato poderia ser assinado hoje. Portanto, o acordo vigente com os bancos, cuja pror

rogação anterior termina hoje, terá de ser prorrogado mais uma vez. Por via das dúvidas, Bracher acha que a situação atual não é muito incômoda para o Brasil ou para os bancos. Mas, embora os bancos estejam cobrando spreads mais altos do que iriam cobrar num acordo plurianual, prefeririam ter mais liberdade para procurar clientes melhores do que o Banco Central, que bloqueia parte dos pagamentos que esses bancos recebem das firmas brasileiras. Como são reescalonados, esses pagamentos são depositados em cruzeiros no Banco Central e não podem ser mobilizados fora de um determinado prazo pelos bancos. Esse é um dos problemas que precisam ser resolvidos pelo comitê e pelas autoridades brasileiras neste momento.

**A.M. Pimenta Neves, de Nova York.**

## Mas a prorrogação sai

A não participação dos pequenos bancos no esquema de fornecimentos de créditos comerciais de curto prazo ao Brasil enfraquece o próprio esquema. Embora a ausência destes pequenos invariavelmente seja desprezada, a presença deles é essencial, disse ontem uma categorizada fonte do BC.

No entanto, a renovação das linhas de financiamento de curto prazo, no valor de US\$ 16 bilhões, "é coisa líquida e certa", considerando normal que os bancos reivindiquem mais, porque, no final, "o negócio é compensador para eles, principalmente os grandes, que têm fortes interesses no Brasil".

O funcionário do Banco Central não descartou a hipótese de o governo reeditar a Resolução nº 851, de 29 de julho de 1983, que estabeleceu a centralização no BC da remessa de divisas para o Exterior. Porém, considerou distante esta possibilidade, que só acontecerá se o Brasil começar a perder reservas internacionais, hoje contabilizadas em US\$ 8,5 bilhões. A perda resultaria da necessidade de ter de pagar a vista as importações e perder o financiamento às atividades exportadoras.

Finalmente, disse que as importações adicionais de US\$ 1,5 bilhão de produtos agropecuários serão cobertas pelas exportações, tornando desnecessária a "queima" de reservas em moeda estrangeira.

